

1 **PRÓ-REITORIA DE ENSINO/PROENS**
2 **DIRETORIA DE ENSINO SUPERIOR E PÓS-GRADUAÇÃO/DESUP**
3 **GRUPO DE TRABALHO LICENCIATURAS IFPR**
4 **Ata nº 21/2016**
5

6 Aos vinte e quatro dias do mês de outubro de dois mil e dezesseis, às nove horas e quinze minutos,
7 por meio de videoconferência, ocorreu a vigésima reunião do Grupo de Trabalho (GT) Licenciaturas
8 no âmbito do IFPR, constituído por meio da Portaria n.º 2071/2015. Participaram da reunião, sob
9 condução de Luiz Aparecido Alves de Souza, os seguintes membros: Rosane Teixeira, Alexandre
10 Zaslavsky, Sílvia Basso, Vânia Alves, Mirele Jacomel. **ORDEM DO DIA:** 1) **EXPOSIÇÃO DOS**
11 **TRABALHOS DESENVOLVIDOS PELO/A MEDIADOR NA ST1:** Vânia Alves trouxe a proposição de
12 currículo inovador, com concepções contemporâneas e desafios. É, portanto, necessário articular o
13 currículo em totalidade. Parte-se do pressuposto que um currículo não é neutro mas uma escolha
14 política, por isso há que se debater com colegas e comunidade. É importante um debate maior
15 acerca de núcleos e normativas internas, como a respeito do trabalho docente, que engessam esse
16 trabalho pedagógico diferenciado. O desafio é haver um compromisso institucional. Outro ponto
17 fundamental é a concepção e práticas de avaliação, que não estão claras nas diretrizes, tem-se que
18 discuti-las e incluí-las nas temáticas dos formandos das mais diversas áreas, uma vez que há
19 dificuldade no entendimento do processo avaliativo e objetivação do processo. Em resumo,
20 pautou-se o compromisso institucional com a revisão de normativas e de avaliação, as quais
21 seriam engessantes. 2) **EXPOSIÇÃO DOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS PELO/A MEDIADOR NA ST2:**
22 Alexandre Zaslavsky afirma, que na sua sala temática, todos estavam de acordo que a licenciatura
23 precisa de identidade própria. Haveria uma divergência em relação a oferta “EAD”: i) a maioria é
24 contra, mas resguardam a oferta de 20%; ii) a maioria não é a favor EAD para modalidade
25 licenciatura. Alguns professores se posicionaram contrários a integração curricular. Essa deveria ser
26 feita de maneira não explícita, mas como integração docente. Defende oficinas como meio
27 integrador. Outro ponto é a questão de um quinto para disciplinas pedagógicas, entretanto não há
28 definição do referido conceito. A minuta restringe a formação em quatro anos, pois a lei não fixa e

32 há dificuldade de oferta noturna nesse período. Sugerem, também, que seja dada mais ênfase nos
33 concursos na prova didática. 3) EXPOSIÇÃO DOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS PELO/A MEDIADOR
34 NA ST3: Luiz Aparecido Alves de Souza explica que há um embricamento na formação profissional
35 e diversidade. Ele constatou um esvaziamento teórico participante numa formação docente
36 Educação Profissional e diversidade, o que fez com que assumisse a forma de relato de
37 experiência. Foi uma sala rica e bastante inflamada. A questão que se coloca é: Onde colocar o
38 debate da diversidade no IFPR? Se numa perspectiva de teoria crítica, considerando uma
39 totalidade e historicidade, ou se de acordo com as teorias da pós-modernidade. De certa forma,
40 esse documento apresenta a adesão a essas duas perspectivas no texto. Houve a sugestão da
41 inclusão de horas na formação profissional e de se pensar não só na formação de docentes. Os
42 estudantes falam da falta de respeito dos docentes em relação a diversidade; há que se explicitar
43 perfil dos docentes que se quer nos concursos. 4) EXPOSIÇÃO DOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS
44 PELO/A MEDIADOR NA ST4: Sílvia Basso destaca que o trabalho iniciou com as discussões acerca
45 da medida provisória e, nesse contexto, do tamanho desafio que é ser docente. Reconhece-se a
46 importância do PIBID na formação docente. Este é um tema no qual precisamos investir: realizar
47 cursos para aqueles recém-chegados e talvez criar uma política institucional para eles. Há
48 necessidade de passo mais seguros para implantação de diretrizes e isso começa pela formação:
49 integração com a pesquisa, com os docentes, com os estudantes e com a educação básica. Ainda
50 há a questão com as redes municipais e estaduais que veem o IFPR como concorrente. Por fim,
51 tem dificuldades em definir nossa docência, porque a instituição não define isso como formação
52 inicial e continuada. 5) EXPOSIÇÃO DOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS PELO/A MEDIADOR NA ST5:
53 Rosane Teixeira comenta a dificuldade de se pensar em termos democráticos com as medidas em
54 relação ao ensino. Houve uma exposição dos modelos democráticos e discussão dos princípios a
55 partir da constituição, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e documentos institucionais.
56 É fundamental a formação tanto para docentes quanto para gestores. Há o debate sobre a minuta,
57 que não pode engessar. Ressalta-se as contribuições do PIBID e a sua manutenção enquanto
58 política institucional. Deve ser pensado no plano de formação docente, de modo que as temáticas
59 possam ser estudadas e aperfeiçoadas, assim como a destinação de editais de pesquisa e extensão
60 para profissionais com interesse nessas arenas de estudo de grupo. É importante a construção e

61 revisão de documentos institucional, um processo democrático pressupõe poder partilhado. 6)
62 EXPOSIÇÃO DOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS PELO/A MEDIADOR NA ST6: Mirele Jacomel discorre
63 sobre os documentos-base da sua apresentação na S.T.6: SETEC/MEC, LDB, PNE. Mas a questão
64 que se coloca primeiro é: o que é IF? Sabe-se o que é escola mais ampla, porém não sabemos o
65 que é instituto. O IFPR é pluricurricular e multicampi, oferta profissional e tecnológica e em
66 diferentes modalidades, com foco inclusão. Com isso, percebe-se que há dificuldade em aceitar
67 essa complexidade do IFPR. O Instituto Federal não é colcha de retalhos, é pluricurricular. Durante
68 a discussão, ela explica que tomou destaque prática do estágio, e a formação docente deve investir
69 nessa prática. Uma das formas da relação instituto x escola, através do PIBID. Com base nesse
70 programa, romper com a barreira da formação/estágio. PIBID está no ambiente escolar o tempo
71 todo, forma-se supervisores e coordenadores. É necessário, portanto, discutir a prática de estágio
72 na formação de professores, e isso passa por mexer na organização de trabalho docente. Uma
73 proposta é a criação de um programa de estágio em que cada campus escolha comunidade/escolas
74 para fazer um trabalho efetivo e de impacto. Nas licenciaturas, deve-se trabalhar na perspectiva de
75 ter um projeto de extensão e integrador. Além disso, o TCC não deve ser feito de forma isolada,
76 mas desenvolvido ao longo do curso e voltado ao ensino. Também, deve haver uma divulgação do
77 IFPR na comunidade. Nesse contexto, há a proposição de construir imagem da sociedade que
78 queremos, para projetar nos cursos do IFPR: queremos sociedade com mais autonomia e visão
79 mais crítica, para qual o IFPR deve proporcionar educação emancipadora e mais humana. 7)
80 ENCAMINHAMENTOS: Luiz esclarece que o objetivo deste encontro era debater os temas para
81 inserções no corpo da minuta. Ao que se entende como distribuição de carga horária no curso: não
82 se pode pensar na distribuição de conteúdo a partir da carga horária e está relacionado com o
83 entendimento que se tem com o curso de licenciatura. O Coordenador destaca o investimento na
84 formação de profissionais, para a qual a instituição tem que assumir nova perspectiva de trabalho
85 docente. Há, também, que se escrever o que é uma formação por núcleo. Reservou-se o dia trinta
86 e um de outubro para as inserções dos comentários na minuta e o próximo encontro ficou
87 agendado para dia sete de novembro dois mil e dezesseis, às nove horas, para o qual todos do
88 grupo estão convocados. Sem mais considerações, a reunião foi encerrada ao meio dia, da qual eu,
89 Glauca Julião Bernardo, Assistente em Administração, lavrei a presente Ata.